

Editorial

Oskindô lêle, lelê, oskindô lalá...Opa, o Carnaval já passou. Que pena! Mas a vida continua e o trabalho também. Por isso, nesta edição, além de ficar sabendo o que os outros parceiros da Rede andam fazendo, depois de se recuperar da folia, você vai ler uma matéria sobre o Profae. Buscamos divulgar para vocês os resultados parciais de pesquisas de avaliação do programa que traz um balanço de suas ações. Na entrevista, você conhecerá melhor o que pensa o professor Gaudêncio Frigotto, um dos principais teóricos da educação profissional no país atualmente.

Enquanto isso, continuamos a receber e-mails e correspondências de mais e mais pessoas querendo receber a nossa revista. Se você ainda não recebe, é muito fácil: basta enviar um pedido para o e-mail retsus@fiocruz.br, informando o endereço completo. Você será incluído na mala direta e receberá todas as edições gratuitamente.

Renata Reis

Secretaria Técnica da Rede de Escolas Técnicas do SUS

Oi pessoal, adorei a revista! Vocês conseguiram mostrar o Brasil Sorridente de uma forma clara e objetiva, trazendo a formação dos trabalhadores de nível médio como um dos elementos essenciais para dar vida a essa política. Achei que matéria do Prêmio Rosália Moura traduziu a essência do que foi relatado no artigo. Obrigada!

No mais, tudo muito legal: as ilustrações, a tirinha (o “oceano sorridente” foi o máximo), a entrevista. Tudo isso revela o carinho, o cuidado e o compromisso da equipe com a RET-SUS. Parabéns!

Lêda Hansen

Cefope, RN

Gostei da entrevista com Mario Rovere, é muito importante o esforço de articulação horizontal em redes e muito oportuna a matéria sobre saúde bucal. Parabéns à editoria.

Paulo Frazão

São Paulo – SP



cartas

É imensa a satisfação em receber essa Revista em casa. O seu conteúdo tem muita utilidade pra mim, que estou constantemente pesquisando.

Lêda Maria Lima da Rocha

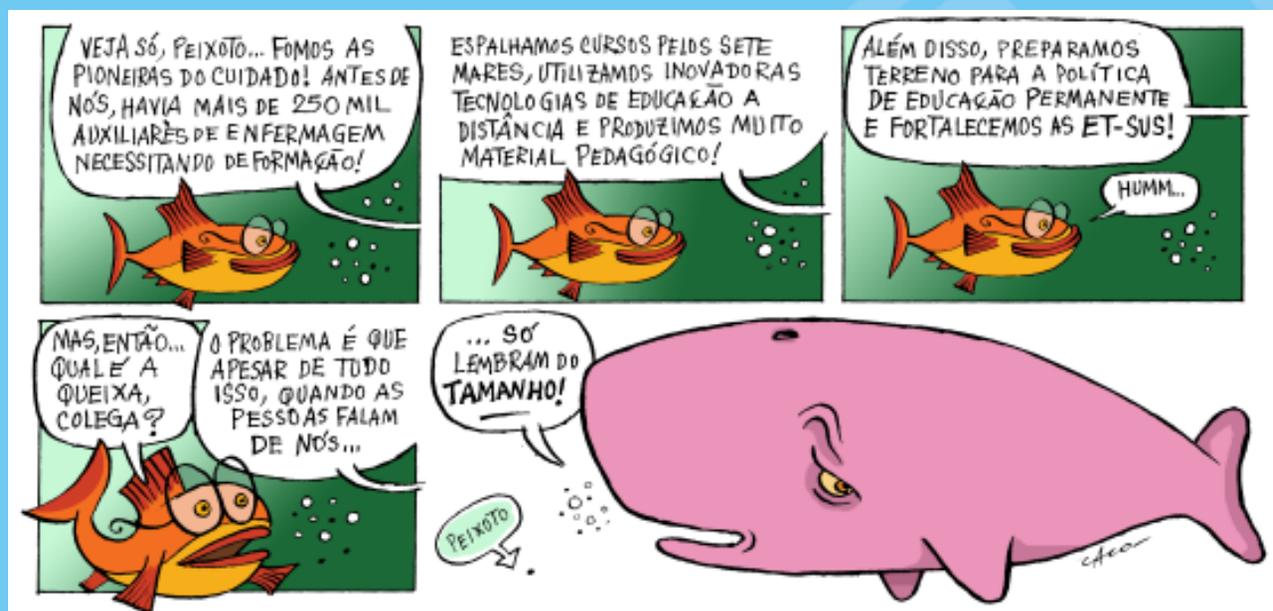
Espírito Santo

Recebi as revistas, parabéns, achei excelentes. Gostaria de continuar recebendo novas edições. Só tenho a agradecer.

Marcos Souza

CAIU NA REDE É PEIXE!

caco



‘Educação básica não é para o a felicidade, o sonho’

Gaudêncio Frigotto defende a educação básica como direito cidadão e fala sobre

Gaudêncio Frigotto é, atualmente, professor da Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, e professor convidado do curso de Especialização em Educação Profissional da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Autor de vários livros, Gaudêncio é formado em Filosofia e Pedagogia, com mestrado e doutorado em Educação e é reconhecido como um dos nomes mais importantes nas discussões sobre trabalho e educação. Nesta entrevista, ele fala sobre a pedagogia das competências, formação para o mercado de trabalho e educação básica.

O sr. se diz um crítico da pedagogia das competências. Por quê?

Especialmente a partir da década de 80, tem-se criado uma certa febre em torno da idéia de que os cursos, principalmente de formação profissional, têm que desenvolver determinadas competências, do saber ser, saber fazer, que são jargões da Unesco. Precisamos entender que a linguagem carrega sentidos e significados, é produzida historicamente e quer expressar algo. Já se falou em formação para o emprego, capital humano, educação voltada para objetivos. Por que começamos a falar de uma educação para competências? Claro que queremos formar profissionais competentes, pessoas que tenham domínio teórico e prático sobre o seu fazer, que nunca é completo. Outra coisa é a chamada pedagogia das competências, que vem seguida pelo termo ‘para a empregabilidade’. Porque essa idéia das competências vem embutida na crise do desemprego. Há o deslocamento de um compromisso coletivo, social para uma perspectiva extremamente individualista. Passa-se para a sociedade a idéia de que se o trabalhador não consegue um emprego é porque ele não desen-

volveu as competências e habilidades necessárias. A vítima passa a ser o culpado. Eu também chamo atenção para o fato de que, muitas vezes, essas fórmulas são um incentivo à preguiça. Em vez de irmos lá analisar quem são aqueles sujeitos, sua cultura, seus saberes, seus preconceitos, chegamos com o pacotinho do saber fazer e do saber pensar pronto. Então, eu acho que a pedagogia das competências tem que ser analisada social e historicamente.

As competências fizeram mais sucesso na educação profissional?

Sem dúvida. E isso é muito traiçoeiro porque, na verdade, não existe uma boa educação profissional no mundo do trabalho se a pessoa não tiver uma formação cultural mais ampla. Para venderem seus produtos, as multinacionais obrigam seus técnicos a estudarem a história da região, os costumes, a religiosidade. Só o saber prático é traiçoeiro porque pode dar certo três vezes e na quarta causar um erro brutal. Por isso é preciso articular a educação profissional e a educação básica, principalmente nos programas de larga escala. Temos que lutar para que haja, concomitantemente, uma elevação de

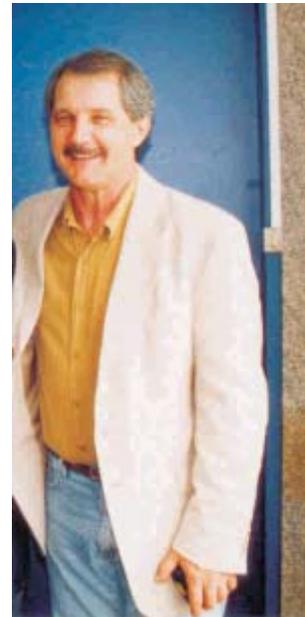
escolaridade formal. Fazer a leitura de um bom texto ou ver um filme que caracterize um tempo às vezes desenvolve ‘competências’ que o esquema das competências não aufere.

Mas o que instituições como as ETSUS, que só oferecem educação profissional, podem fazer para formar melhor?

O caminho, para mim, é estabelecer uma reação. Algo, por exemplo, como fez a EPSJV, que criou uma escola de nível médio regular que fez convênio com a Secretaria de Educação para receber professores. Outro seria essas Escolas serem um veículo de indução, de orientação política desses alunos com baixa escolaridade. Porque esse é um esforço de cidadania. Acho que é uma obrigação cidadã tentar garantir o direito constitucional à educação básica e, ao mesmo tempo, enfrentar a realidade como ela se apresenta. Ou seja, eu não posso ter uma atitude abstrata e eliminar um jovem ou adulto que só tem quatro anos de escolaridade. Eu vejo isso como um ponto negativo do sistema S, principalmente Senai, que praticamente abandonou a aprendizagem e só trabalha com aluno

mercado, é para a vida,

formação para o trabalho



que tem o ensino fundamental ou médio completo, dependendo do caso. E o que fazemos com uns 70 milhões de jovens e adultos que só estudaram quatro anos? Com um bom nível médio ou uma boa educação básica, o custo, o tempo e a qualidade do trabalho para uma ação profissional são outros. Nossos filhos, de classe média, têm educação básica. Eu sei que as pessoas pobres têm pressa e que quem está atuando como as Escolas Técnicas do SUS também tem pressa nas soluções. Mas o argumento de que basta isso é falso. O esforço é trabalharmos com o que é a realidade nos dá e não sentarmos em cima dela.

O decreto 5154 foi um avanço nessa direção?

Grandes amigos meus, como a professora Acácia Kuenzer e o José Rodrigues, dizem que o decreto, na verdade, não altera nada. Eu acho que essa crítica é importante porque eles estão trabalhando no limite da radicalidade teórica. Como eu também estou interessado em dar o passo que a correlação de forças permite, acho que o decreto é um avanço, mínimo, mas que vai mostrar várias coisas. O avanço é de dois níveis: primeiro, ele não proíbe nada. Quem quiser, pode fazer uma educação mais integral. Isso é pouco, mas é diferente. A outra questão é que ele sinaliza adequadamente que, em vez de fazer uma educação rápida, pulverizada, para adestramento, o nível médio deve ser feito com mais horas, exatamente para que não prejudique a educação básica. Concordo muito com Florestan Fernandes, que dizia que, historicamente, se repete a modernização do arcaico. Nossa sociedade resiste aos direitos elementares. A idade mínima para supletivo agora são

16 e não mais 18 anos. Então, muita gente, até de classe média, acaba o ensino fundamental e fica esperando para fazer o supletivo. Que loucura! Vivemos numa sociedade do atalho, que cresce para menos!

O sr. diz que a formação não deve ser voltada para o mercado de trabalho. As ETSUS formam trabalhadores para melhorar a qualidade do sistema público de saúde. Qual a diferença entre formar para o trabalho e para o mercado?

Eu acho que há uma distinção clara. Subordinar a escola, o currículo e as disciplinas ao mercado de trabalho é criar um vínculo perverso. Primeiro porque ele unidimensionaliza o interesse de um setor como sendo de toda a sociedade. Segundo, porque estamos falando de um direito: educação básica não é para o mercado, é para a vida, a felicidade, o sonho, a criação, a contestação política, a crítica, enfim, para entender-se como ser humano. É um direito subjetivo. Esse vínculo é falso até economicamente porque as pesquisas mostram que, com as mudanças que acontecem, você preparar alguém que está em formação especificamente para o mercado de trabalho é um tiro no escuro. Está melhor preparado quem tem uma base mais larga porque vai se adaptar mais facilmente. Formar para o trabalho é diferente. Uma empresa investe para que seu corpo de trabalhadores faça um trabalho adequado, se não, ela não vai competir. A briga dos trabalhadores nos países mais avançados é para que a formação no chão da fábrica não seja só do interesse do capital, que sejam criados também outros cursos, como literatura e canto, por exemplo. No caso do SUS, eu acho fantástico que exista a

preocupação de qualificar os trabalhadores, dar mais elementos de domínio teórico e prático para o que eles estão fazendo, principalmente numa sociedade que tem uma tremenda carência de educação básica. Aí, a questão é qual o conteúdo, o método, a forma de construir esse trabalho de formação profissional para gente que está empregada. Eu diria que, mesmo não tendo a prerrogativa legal de dar a educação básica, as escolas do SUS podem ter a prerrogativa do embate cidadão para buscar isso.

A política de formação em saúde do atual governo é baseada na idéia de educação permanente, envolvimento de outros atores, além da escola, e articulações locais. Pela Educação, como o sr. vê esse modelo?

Eu não estou interagido sobre o sistema. Primeiro, acho interessante a idéia de ter um olhar local, regional, mas não podemos também cair numa fragmentação, num localismo. É claro que os problemas da saúde pública têm especificidades que estão ligadas à história, cultura, pobreza, educação, etc. Mas há dimensões mais universais. Acho que a descentralização é dada pela realidade, pelos problemas, mas é preciso haver um elo de uma política nacional. Se não houver uma sociedade forte, o risco é uma disputa entre os vários interlocutores pelo seu quinhão. O ponto de partida e de chegada sempre é o local, mas tem que ser um ponto de chegada diferente do ponto de saída. Acho que nós precisamos ter uma visibilidade de país. Quanto mais universais, mais humanizados. ■

A formação em saúde antes

Pesquisas avaliam impacto do Profae nos serviços e comparam desempenho

Ana Paula Silva foi sendo atraída para o mundo da saúde aos poucos. Primeiro, virou agente comunitário de saúde da comunidade do Mandela, no Rio de Janeiro, onde mora. E gostou. Pouco depois, ouviu falar de um programa pelo qual ela poderia se formar auxiliar de enfermagem. E resolveu participar. Já formada, soube de uma vaga de emprego no Centro de Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz, se candidatou e passou. Agora, cinco anos depois de começar a trabalhar no SUS, ela voltou a estudar, pelo mesmo Programa, e está concluindo a complementação para se tornar técnica em enfermagem.

Histórias como essa apontam resultados práticos do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae), maior incentivo à formação profissional em Saúde que o Brasil já conheceu. Quando se pensa que a trajetória de Ana Paula pode ser multiplicada por centenas de milhares de pessoas que deixaram de trabalhar de forma leiga e receberam formação, imagina-se que isso já seria suficiente. Mas pesquisas recentes sobre o impacto do Profae vêm mostrando que ele foi mais do que isso.

Qualidade dos serviços

A pesquisa mais conhecida sobre o Programa é a 'Avaliação do impacto do Profae na qualidade dos serviços de saúde', encomendada pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) a pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e desenvolvida nos estados que, na sua região, tinham mais trabalhadores cadastrados no Projeto:

Paraná, São Paulo, Bahia, Goiás e Amazonas. Parte dos resultados desse trabalho estão publicados em seis artigos da revista científica Formação nº 7, de janeiro de 2003. Por trás de uma investigação como essa, está a premissa de que os investimentos em formação devem ter reflexo até a ponta do sistema, nos serviços de saúde. Será?

Alguns dos indicadores utilizados nessa pesquisa apontaram um desempenho melhor dos profissionais com qualificação e dos alunos do Profae, se comparados com os outros. São exemplos desses casos a técnica de punção venosa para aplicação de medicamentos, a comunicação e a interação. Mas a avaliação não foi capaz de verificar o impacto do Profae na qualidade dos serviços e não identificou diferenças substanciais nos processos de trabalho. Isso significa que as relações e mesmo as ações para evitar infecções, por exemplo, não melhoraram com a qualificação. "O processo de educação profissional dos trabalhadores de enfermagem, *de per se*, implementado em contextos de trabalho precários em termos de quadro de pessoal, supervisão de enfermagem e educação continuada, não é capaz de imprimir mudanças positivas na qualidade do desempenho profissional", diz o texto.

Segundo Leila Göttems, gerente-geral do Profae, eles concluíram que a formação perde força quando não há boas condições de trabalho. "Nenhuma iniciativa é suficiente, se não conseguirmos alcançar as questões que envolvem a gestão", justifica, já se aproximando dos princípios da nova política de educação permanente. E completa: "Precisamos diminuir a distância entre a formação e os serviços

porque a articulação que existe hoje é formal, como campo de estágio, mas sem interferência".

Ainda assim — e talvez por isso mesmo — as conclusões do estudo apontam para a necessidade de se continuar apostando na formação. "Também se destaca a necessidade de expressivos investimentos tanto na educação profissional quanto na educação permanente em serviços, pois a pesquisa evidenciou lacunas comprometedoras da qualidade do cuidado de enfermagem, visto que, de uma parte, predomina uma concepção técnica de seu trabalho, esvaziada de conteúdos teóricos-científicos e, de outra, ele próprio, enquanto agente do trabalho, mantém-se distante do saber produzido na área de Enfermagem, como se estivesse interdito a apropriar-se do conhecimento que fundamenta suas ações", diz o texto da revista, na página 85.

ETSUS e outras instituições

Outra pesquisa cujos resultados foram divulgados recentemente foi a 'avaliação institucional do Profae', desenvolvida pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp, com dados de 69 escolas que responderam os questionários. Os indicadores investigados nesse estudo vão desde os números de demanda e acesso até a avaliação qualitativa de todo o processo, incluindo metodologia, supervisão, material didático, dentre outros.

O estudo mostra, por exemplo, que a demanda por cursos do Profae subiu de 374.627, em setembro de 2002, para 438.588, em julho de 2004. E que as Escolas Técnicas do SUS formaram mais de 34 mil profissionais,

e depois do Profae

das Escolas Técnicas do SUS com outras instituições

com variações que vão desde 130, na ETSUS Blumenau até 4071, no Cefor do Paraná.

A pesquisa considerou quatro categorias de instituições que participaram do Profae para estudar o processo de implementação e outros indicadores. São elas: ETSUS, escolas privadas, escolas públicas e Sistema S (Sesc/Senac e outros). Para se ter uma idéia do peso quantitativo de cada uma delas, em março de 2004, 52% das matrículas do Profae foram feitas em escolas privadas; 20% nas ETSUS; 15% nas outras escolas públicas e 13% no Sistema S.

Um dos pontos avaliados foi a capacidade institucional pré-existente, que considerou vários fatores. As instituições mais antigas dentre as analisadas são do sistema S e as outras escolas públicas. Entre as ETSUS, 38,5% têm um tempo médio de existência, 38,5% têm mais de uma década e apenas uma tinha menos de cinco anos. Pouco mais de 92% das ETSUS tinham alta experiência na oferta de cursos profissionalizantes em saúde; nas outras escolas públicas, esse

número subiu para 100%; nas privadas, 97,6% e 90,9% do Sistema S.

Já quanto à qualificação profissional do dirigente (diretor ou coordenador pedagógico), que leva em conta se ele tem especialização, mestrado e doutorado, as ETSUS saíram na frente de todas as outras instituições. Por outro lado, um terço dos dirigentes com baixo grau de experiência estão nas Escolas Técnicas do SUS, o que provavelmente se explica, segundo a pesquisa, pelo fato de esse ser um cargo de indicação política das secretarias de saúde.

Comparadas com as outras instituições, as ETSUS são as que têm maior capacidade de estabelecer articulações e parcerias com diferentes instituições, mas o percentual de esco-





las técnicas com baixa capacidade também foi alto.

Outro tópico analisado foi a capacitação docente. Em 46,2% das Escolas Técnicas do SUS, mais de 70% dos professores fizeram ou estavam fazendo o curso de formação pedagógica do Profae. Mas as escolas públicas e privadas ficaram com os maiores percentuais nessa avaliação. Também foi considerada, na análise, a aproximação com os serviços. Segundo os dados, 38,5% das ETSUS tinham menos de um quarto dos seus professores trabalhando nos serviços de saúde, mas 61,5% delas tinham mais de 70% do seu corpo docente nessas condições. No caso das escolas privadas, esse número sobe para 63%.

Um dos pontos baixos das ETSUS em relação a todos os outros tipos de instituição é a pouca variedade de estabelecimentos de estágio para oferecer aos seus alunos. Mas, segundo o relatório, as Escolas Técnicas do SUS e o sistema S apresentaram uma visão mais crítica sobre o estágio, ressaltando que é preciso rediscutir essa prática na formação dos alunos. Além disso, os dados mostram que a maior parte dos estágios dos alunos das ETSUS acontecem em unidades públicas de saúde, o que mostra um reconhecimento da sua qualidade de formação.

O estudo chama atenção para o fato de que a maioria das ETSUS que

responderam ao questionário restringiram sua missão institucional à formação de pessoal empregado nos serviços de saúde. Segundo o relatório, isso indica que, mesmo com o esforço das oficinas do Profae, “as ETSUS não se enxergam como instituições que devem assessorar e apoiar os órgãos governamentais na formação da própria política de recursos humanos nos níveis estadual e regional”.

Impacto e papel das ETSUS

Interpretando esses e muitos outros dados da pesquisa da Unicamp, Simone Machado diz que o destaque da avaliação do Profae vai mesmo para as ETSUS: “Os dados mostram que, com a execução do Profae, as Escolas Técnicas, apesar de terem muita fragilidade administrativa, política e de gestão, são muito superiores na qualidade da formação, se comparadas com outras, principalmente as privadas. Com o Profae, foi possível elevar o *status* dessas Escolas, colocá-las num outro patamar, o da potencialidade de ser um formulador político nos processos de formação técnica em saúde. A pesquisa mostra, com evidência, a capacidade de debate, de formulação pedagógica inovadora, de construção de currículos e de propostas alternativas e de um processo de formação inserido no serviço”, diz.

Leila Göttens também chama atenção para as profundas mudanças por que as ETSUS passaram com o Profae — havia um subcomponente de infra-estrutura educacional e qualificação das equipes técnicas e dos dirigentes das ETSUS. Além disso, lembra que, embora as Escolas Técnicas do SUS fossem em menor número, elas tiveram uma participação muito importante no projeto, principalmente com a experiência de descentralização. “Se conseguimos interiorizar e dar capilaridade ao Profae, chegando aos municípios mais distantes, devemos isso às ETSUS”, explica.

O estudo da Unicamp analisou também o módulo de fortalecimento das Escolas Técnicas do SUS. Uma das conclusões é que é preciso discutir

a autonomia gerencial e financeira dessas Escolas, inclusive porque daí derivam alguns problemas apontados na execução dos projetos de investimentos, como a dificuldade para contratar consultoria, por exemplo. Dentre outras coisas, foram citados como os principais pontos que precisam ser melhorados: o apoio da mantenedora para a implementação das atividades; a troca de experiências entre as Escolas; a capacitação dos seus profissionais; a regularidade no repasse dos recursos; o monitoramento das atividades e a redefinição de prazos de implementação dos projetos de investimento nas ETSUS.

O melhor e o pior

A pesquisa do NEPP/Unicamp também investigou o que merece destaque positivo e o que gerou dificuldades no Programa. Dentre o que precisa ser aprimorado, destacam-se a regularização dos repasses financeiros; a melhora na capacitação de gestores e docentes; o apoio para obtenção de estágio; mais suporte técnico por parte da equipe do Profae; e a troca de experiência institucional — que remete ao esforço de articulação da RET-SUS.

O material didático e a modalidade de educação a distância (EaD) foram tidos como adequados pela quase unanimidade dos coordenadores dos Núcleos de Apoio Docente. No entanto, os trabalhadores demandaram um maior número de momentos presenciais e 56,3% dos tutores apontaram dificuldade de adaptação dos alunos à EaD.

Como aspectos mais positivos do curso, foram citadas a gratuidade; a clareza da metodologia; a motivação para a melhoria do desempenho profissional dos alunos; a oportunidade de estudo dos profissionais do interior e de locais mais distantes; e a valorização de toda a categoria de auxiliares e técnicos de enfermagem.

Sobre a certificação de competências, o estudo aponta algumas questões para discussão, que talvez valham para outros projetos, atuais e futuros. São perguntas como: o que fa-

zer com os egressos que não possuem as capacitações desejadas, no âmbito legal, profissional e da formação? Os empregadores, privados ou públicos, estarão dispostos a abrir espaços para esses novos trabalhadores melhor qualificados para o trabalho? Qual será a postura dos demais membros das equipes de saúde ainda não certificados?

O futuro do Profae

Concebido pela gestão anterior do Ministério da Saúde, o Profae é anterior à política de educação permanente. Com todas as novidades, sempre surgem algumas perguntas: o Programa continua ou se encerra? Qual exatamente a coerência entre o antigo e o novo?

Independentemente do destino do Profae, é praticamente unânime a opinião de que foi ele que preparou o terreno para que outras coisas fossem pensadas e feitas nesse campo. “O Profae foi um projeto de grande abrangência e abriu caminhos para que hoje tenhamos a possibilidade de constituir uma política de educação profissional. Ele trouxe a formação técnica em saúde para o cenário”, diz Simone Machado.

Outro ponto que precisa ser considerado é o fato de que a demanda de uma formação em larga escala na área de enfermagem, que era evidente na época, não existe mais. Isso não significa que não se precisa mais

formar auxiliares e técnicos de enfermagem, mas que, com a casa em ordem, as necessidades desses cursos já podem ser discutidas localmente, nos pólos de educação permanente, como está acontecendo com todos os outros.

Continuam surgindo demandas de formação técnica em escala nacional, só que voltadas para outras categorias profissionais. Com a nova política, o que muda em relação ao Profae é, basicamente, o investimento em outras áreas além da enfermagem e a descentralização. Segundo Simone, a política de educação permanente não é incompatível com os processos de formação em larga escala. “É isso que estamos fazendo com o ACS, afinal, temos que formar 190 mil trabalhadores. Mas agora a organização, o planejamento, os pressupostos e a metodologia dessa formação não são iguais para todos. Há uma diversidade muito grande de experiências, acúmulos e realidades e cada local vai propor e configurar a formação dos agentes como for mais adequado para sua região”, diz.

Em termos práticos, o Profae vai continuar existindo, pelo menos, até 2006 porque o contrato com o BID foi prorrogado. Leila explica que essa decisão teve duas razões práticas principais. A primeira é que o Programa não conseguiu atingir a meta — formar 225 mil auxiliares, 90 mil técnicos e desenvolver ainda outras ações em quatro anos. “Não queríamos deixar o

projeto no meio”, explica. O segundo motivo é que, feitas as contas, eles chegaram à conclusão de que havia um excedente de recursos em virtude, principalmente, da diferença cambial entre o real e o dólar. E resolveram renegociar para que o governo não pagasse juros sobre um valor maior do que o montante que o Ministério da Saúde precisava para atender a demanda.

Diante desse cenário, a pergunta que fica é: que cara vai ter o Profae inserido na política de educação permanente? Leila responde: as ações específicas de formação (no modelo centralizado do Programa) só continuarão até julho ou agosto deste ano, quando a meta deve ser atingida. Depois disso, o MS tem até 2006 para usar esse dinheiro para desenvolver outras ações inteiramente coerentes com a atual política. Estão nessa lista de prioridades, por exemplo, a criação de um mestrado, um curso multiprofissional de formação de docente, um projeto piloto de certificação dos egressos do Profae e mais investimento na infra-estrutura das ETSUS. “Essas iniciativas não só são inteiramente integradas com a atual política de educação profissional, como ajudam a dar sustentação a ela”, diz. E ela indica esse como um caminho quase natural: “Desde antes do novo governo, já discutíamos estratégias para que o Profae deixasse de ser um projeto e passasse a fazer parte de uma política permanente”.■

De volta ao começo

O Profae é um velho conhecido das Escolas Técnicas do SUS. Mas, se você é novo na área de educação profissional em saúde, não custa nada esclarecer. O personagem principal desta matéria é um programa lançado pelo Ministério da Saúde, em 2000, com o objetivo de oferecer qualificação profissional para milhares de trabalhadores que atuaram como auxiliares de enfermagem nos serviços sem nenhuma formação. Pesquisas mostravam que 35% da força de trabalho em enfermagem trabalhavam sem qualificação e 25% desses tra-

balhadores não tinham concluído o ensino fundamental, que é pré-requisito para o curso de auxiliar de enfermagem.

Participaram do Profae escolas públicas e privadas de todo o país, oferecendo curso a distância, com tutoria. Segundo o relatório da pesquisa de impacto realizada pela USP, além da formação de auxiliares, o Profae executou a complementação para técnico de enfermagem e teve ainda outros componentes, que englobavam a formação pedagógica para os professores de educação profissional na área de enfermagem; um sistema de certificação de competências para os egres-

sos; a modernização das ETSUS; e um sistema de acompanhamento de sinais dos mercados de trabalho e educacional com foco nos auxiliares de enfermagem.

O projeto contou com recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Tesouro Nacional e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O Profae e o Larga Escala, que o antecedeu, são considerados os pontapés iniciais para uma política de educação profissional em saúde no Brasil.

Formação na 12ª Conferência Nacional de Saúde

Veja o que diz o relatório da CNS sobre trabalho e educação

O trunfo mais valioso do Sistema Único de Saúde é seu capital humano. Respeitar e valorizar o profissional da saúde, oferecer uma capacitação adequada e crescimento profissional é o caminho para se chegar ao ‘SUS que queremos’. Com a educação como ponto de partida, pode-se chegar a um serviço de saúde mais eficiente e humanizado. Em resumo, “Saúde se faz com gente”.

Essas são algumas observações gerais contidas no relatório final da 12ª Conferência Nacional de Saúde, que saiu em dezembro passado, depois de um ano de espera. A Conferência, que recebeu o nome de Sérgio Arouca, em homenagem ao sanitarista que estava à frente da sua organização e morreu pouco antes do evento, reuniu mais de quatro mil pessoas entre os dias 7 e 11 de dezembro de 2003, em Brasília, para discutir o tema ‘Saúde: um direito de todos e dever do Estado – a Saúde que temos, o SUS que queremos’. Os debates foram divididos em dez eixos temáticos. O resultado das discussões sobre formação está no tópico ‘O trabalho na saúde’.

Formação

Dentre os comentários gerais sobre formação, o relatório traz o princípio de que a educação na saúde deve formar profissionais que saibam trabalhar em equipes multiprofissionais e lidar com as especificidades locais. Para isso, os Pólos de Educação Permanente (PEP) aparecem com um papel fundamental, já que levantam discussões sobre as reais necessidades de cada região. O tópico que pede a implantação e ampliação dos pólos no país cita, inclusive, as Escolas Técnicas e as universidades como instituições que devem participar da gestão colegiadas dos PEP.

A referência implícita à educação permanente aparece também na recomendação para que os gestores das

três esferas de governo acompanhem a formação dos trabalhadores e para que a abertura de cursos da saúde seja adequada às características sociais, econômicas, epidemiológicas e demográficas da localidade.

Outro ponto destacado que diz respeito a todas as instituições de ensino em saúde é a necessidade de reformulação dos currículos para que eles deixem o foco na atenção à doença e passem a valorizar a promoção, a vigilância, a atenção integral à saúde, o controle social e a interdisciplinaridade das práticas.

Algumas demandas apresentadas referem-se especificamente à educação profissional e até às ETSUS. Uma das recomendações é, inclusive, “estabelecer como política do SUS a profissionalização técnica, na qual as Escolas Técnicas de Saúde cumpram o papel fundamental de escolarização, qualificação, habilitação profissional e educação permanente para agentes, auxiliares e técnicos das várias áreas do setor saúde”.

O relatório pede ainda coisas como a continuidade do Profae e a garantia da complementação do auxiliar para técnico de enfermagem; a abertura de cursos de formação de THD, ACD, TPD e APD, envolvendo as Escolas Técnicas e as universidades públicas; e a qualificação profissional do ACS, dos agentes de endemias, dos agentes ambientais de saúde, e dos agentes indígenas de saúde e saneamento.

Trabalho

A luta pela despreciação do trabalho em saúde também aparece no relatório da 12ª Conferência. Entre as reivindicações incluídas nesse pacote, estão a implantação de um Plano de Carreira, Cargos e Salários e a realização de concurso público para todos os trabalhadores do SUS. Como contrapartida, o texto sugere a criação

de programas de avaliação de desempenho do trabalho, analisando produtividade e qualidade.

A regulamentação de algumas profissões de nível médio e a regularização de categorias de trabalhadores são citadas explicitamente. Recomenda-se, por exemplo, que seja definido um piso salarial para o ACS, o agente indígena de saúde, o agente indígena de saneamento e os agentes de dengue. O relatório pede a contratação dos ACS por meio de processo seletivo público ou concurso público e não mais por vínculo precário, mexendo num tema polêmico que vem sendo muito discutido atualmente, desde que o Ministério Público Federal estabeleceu um prazo para que os municípios regularizassem a situação desses profissionais.

Pesquisa

Além da educação e do trabalho, o relatório reúne ainda as recomendações de outros nove grupos temáticos: direito à saúde; a seguridade social e a saúde; a intersetorialidade das ações de saúde; as três esferas de governo e a construção do SUS; a organização da atenção à saúde; controle social e gestão participativa; ciência e tecnologia e a saúde; o financiamento da saúde; comunicação e informação em saúde. No tópico de C&T, o texto destaca a importância do investimento em pesquisa e inclui as instituições de educação profissional: “Garantir que os ministérios da Saúde, da Educação e de Ciência e Tecnologia destinem recursos específicos para estimular os grupos de pesquisas, universidades e escolas técnicas à produção de pesquisas de interesse da saúde, prioritariamente as instituições oficiais devidamente cadastradas do poder público”.

O texto completo pode ser acessado no site da BVS-EPS. ■

Educação Profissional na África

Reforma no ensino em saúde é pauta de cooperação internacional

“Chegamos à conclusão de que, sem a formação qualitativa dos profissionais, nenhuma mudança seria suficiente para melhorar o quadro sanitário do país”. Essa frase poderia ter sido dita por alguém que quisesse explicar, por exemplo, a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), no início do governo Lula. Mas o autor da frase é Davi Domingos Luiz, diretor da Escola Técnica Profissional de Saúde da Província de Lubango, em Angola, referindo-se à reformulação do ensino em saúde do país.

Angola veio parar na Revista RET-SUS porque a Fundação Oswaldo Cruz participa de um Programa de Apoio à Capacitação de Recursos Humanos em Saúde nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e, recentemente, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) vem inserindo a educação profissional como pauta desse intercâmbio. “Como centro colaborador da Organização Mundial de Saúde, uma das nossas funções é incorporar outras instituições com potencial de cooperação na formação de técnicos em saúde para que as relações do Brasil com outros países se fortaleça nessa área. E isso, naturalmente, diz respeito principalmente às ETSUS”, explica Marise Ramos, coordenadora de cooperação internacional da EPSJV. Além disso, essa coordenação trabalha também no projeto de criação de uma rede sulamericana e mesmo uma rede internacional de escolas técnicas, tendo como referência o conhecimento e a experiência da RET-SUS.

De 25 de outubro a 7 de novembro, Albertina Mattos, professora-pesquisadora da EPSJV, José Inácio Motta, da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e Luiz Eduardo Fonseca, da Assessoria de Cooperação Internacional da Fiocruz foram a

Luanda, em Angola, dar um curso de atualização e desenvolvimento pedagógico na área de gestão de saúde. Albertina aproveitou esse momento para conhecer melhor a realidade do ensino técnico no país e fortalecer contatos. Para isso, fez entrevistas com quatro representantes de Escolas Técnicas locais, que serviram de fonte para esta matéria.

Ensino em transformação

A partir da primeira entrevista, realizada com Lino Silili e Henriqueta Tavares, diretores da Escola Técnica profissional de Luanda, surgiu uma primeira demanda, que a EPSJV buscará atender, relacionada à organização e estruturação de currículos a partir das orientações da Reforma de Ensino que vem se desenvolvendo em Angola.

Na Saúde, dois grandes componentes da reforma do ensino são, segundo Davi, autor da frase lá de cima, a fusão entre as escolas técnicas profissionais e os institutos médios e a regionalização. Antes, as escolas técnicas eram responsáveis pelos cursos de nível básico, que formavam auxiliares, e os institutos ofereciam os cursos técnicos de nível médio. Da fusão entre esses dois tipos de instituições, nasceram as escolas técnicas profissionais. “Esses institutos davam um componente do ensino geral e um componente profissionalizante, mas constatou-se que a preparação dos egressos não era suficiente. Eles apresentavam fracas condições técnicas, já que se interessavam mais pela questão acadêmica para depois continuarem os cursos nas universidades”, explicou Davi. O resultado, segundo ele, é que iam trabalhar no sistema de saúde apenas aqueles que não conseguiam entrar na universidade. Agora, eles ingressam no curso mais tarde e levam menos tempo para concluí-lo.

A partir dessa fala, Marise Ramos destaca a necessidade de a coope-

ração internacional ir além da resolução de demandas pontuais e ter uma participação mais profunda na concepção político-pedagógica. Ela lembra que a experiência brasileira pode contribuir para a reflexão sobre algumas crenças, como essa, de que a articulação entre uma formação geral e o ensino profissionalizante resulta numa má formação técnica. “No Brasil, isso gerou o decreto 2208, que separava o ensino médio do técnico e teve consequências desastrosas. Ele foi revogado e, recentemente, substituído pelo decreto 5154, que incentiva a formação integrada. Defendemos que a educação é um direito e, portanto, a busca pela ampliação de escolaridade é legítima e não atrapalha o conhecimento técnico, ao contrário”, diz.

O segundo ponto principal da reforma é a redistribuição geográfica das instituições. Ao todo, Angola tinha 18 escolas, pelo menos uma em cada província. Agora, eles estão identificando as reais necessidades de cada região e prevendo a reestruturação de cinco segundo o novo modelo. “As províncias que não forem contempladas com a fusão continuarão com as antigas escolas técnicas como centros de treinamento e educação permanente”, explicou Davi.

Segundo Abel Sunda, coordenador do curso de farmácia da Escola Técnica de Saúde de Luanda, a prioridade da reforma agora é a formação de formadores. “Só assim vamos chegar a um novo sistema, com resultados mais próximos dos desejados. Esperamos ter técnicos mais preparados para o manejo de equipamentos e para atender a população”, explica.

Agora em fevereiro, os pesquisadores José Paulo Vicente, da EPSJV, e Cristina Figueiredo, da ENSP, foram a Moçambique desenvolver um curso semelhante ao que já foi dado em Angola. É o trabalho que recomeça. ■

Aconteceu nas ETSUS

Ano novo...

A Escola de Tocantins está pronta para o início do ano letivo. É que os professores da ETSUS já concluíram a última etapa da primeira capacitação pedagógica da instituição, que começou em junho do ano passado, assim que a Escola foi inaugurada.

Dentre os temas abordados pelas facilitadoras Zita Machado e Débora Massaro, estão a relação pedagógica como prática social, as tendências pedagógicas liberais e progressivas, competência do professor e metodologia da problematização.

Com os professores preparados, a partir do dia 1º de março, a ETSUS dará continuidade às suas quatro turmas de técnico em higiene dental. A novidade para este ano é o lançamento do curso técnico de agente comunitário de saúde, que começará com 108 turmas em todo o estado.

ACD descentralizado

A ETSUS Blumenau vai formar, pela primeira vez, turmas descentralizadas do curso de atendente de consultório dentário (ACD). Os 127 alunos foram divididos em duas turmas no município de Blumenau, uma em Rio do Sul e outra em São José. A formatura será em abril deste ano.

Apesar da Decisão 61/2004 do Conselho Federal de Odontologia, que diminuiu a carga horária mínima do ACD para 300 horas, o curso da Escola Técnica de Saúde de Blumenau tem 800 horas. “A Escola trabalha com um conteúdo que busca desenvolver um profissional com perfil adequado para o SUS. Achamos que 800 horas é o ideal para uma boa formação”, afirma Cláudia Lange, nova diretora da ETSUS.



Turma de São José

Mais escolaridade

Aumentar o nível de escolaridade do aluno-trabalhador para garantir uma melhor formação profissional. Essa é a proposta da ETSUS do Espírito Santo, que elaborou junto com os Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), um projeto que propõe a complementação de escolaridade dos alunos.

A Rede Estadual de Ensino oferece dois tipos de cursos: a Instrução Personalizada, na qual o aluno segue módulos e faz a prova quando se sentir preparado, podendo tirar dúvidas com os professores; e a Banca de Exames, na qual o estudante recebe os conteúdos, estuda sozinho e se submete ao exame de avaliação.

O papel do Cefor é motivar os profissionais do SUS e acompanhar seu desenvolvimento ao longo do curso. Além disso, após o término do Ensino Médio, os alunos serão aconselhados a continuar seu aprendizado nos cursos técnicos oferecidos pela ETSUS. “O aumento da escolaridade dos trabalhadores dará base para que eles façam nossos cursos técnicos. É o itinerário que motiva o servidor a estudar”, diz Júnia Mattos, diretora da Escola.

Projeto Político Pedagógico unificado para o ACS

As instituições de ensino públicas e privadas de Santa Catarina estão tentando montar um plano de curso único para a formação do ACS no estado. Para isso, se reuniram, no dia 17 de janeiro, a Escola de Formação em Saúde de Santa Catarina, Escola Técnica de Saúde de Blumenau, Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC), Fundação Municipal Albano Schmidt (Fundamas) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-SC).

Ainda não foi dessa vez que nasceu o consenso. Por isso, as escolas decidiram se encontrar de novo no dia 1º de fevereiro, na Univali-Itajaí. A idéia é que a ETSUS Blumenau encaminhe o projeto único para o Ministério da Saúde no dia 2 de fevereiro e que, no dia 17, ele seja apresentado no fórum dos Pólos de Educação Permanente.

Conhecendo o SUS

No dia 14 de fevereiro, a Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima começou o curso de capacitação em Sistema Único de Saúde. A idéia é que os servidores estaduais recém-empossados conheçam os princípios e diretrizes do SUS. “Queremos, com o curso, formar profissionais comprometidos com a política do SUS e com embasamento para discutir melhorias na saúde”, diz Cecília Bessa, diretora da ETSUS.

Os professores do curso foram orientados a aproveitar o conhecimento prévio do aluno e desenvolver habilidades e competências, a fim de formar profissionais participativos. Na primeira etapa de capacitação, a Escola começa com três turmas – níveis fundamental, médio e superior – com 30 alunos cada. A segunda etapa deve ter início em abril deste ano. Ao todo, a ETSUS pretende capacitar os mais de 2 mil concursados.

Expandir o conhecimento sobre o SUS tem sido um desafio de todas as instituições de saúde. A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), no Rio de Janeiro, por exemplo, oferece, desde 1996, o curso de Atualização sobre o Sistema Único de Saúde, que também tem o objetivo de informar e debater as políticas do SUS.

Como um segundo passo, a ETSUS Roraima vai criar um módulo introdutório sobre o SUS para todos os cursos. A EPSJV também inseriu na grade curricular de todas as habilitações a disciplina ‘Módulo de Políticas de Saúde’.

ERRAMOS

Na página 12, da edição nº4, na nota “ETIS inaugura biblioteca e videoteca”, a videoteca tem o nome da pedagoga Ena Galvão e a biblioteca possui mais de 600 títulos.

Na nota, “ETSUS Pernambuco forma auxiliares e técnicos de enfermagem”, o município de Salgueiro formou três turmas, com um total de 80 alunos, e não 21 como foi publicado.

Na matéria de capa da mesma edição, é o Conselho Federal de Odontologia que exigirá o certificado para a função de atendente de consultório dentário e não o Conselho Estadual, como publicado. Além disso, a exigência refere-se ao Auxiliar de Consultório Dentário e não ao Técnico de Higiene Dental.



Perfil do aluno, do curso e do trabalhador

ETSUS Bahia faz pesquisa de egressos com auxiliar de enfermagem e ACD

Um dos caminhos adotados pelas instituições de ensino médio para saber se um curso correspondeu às expectativas da escola e dos alunos é desenvolver uma pesquisa de egressos. Essa prática é reconhecida por alguns estudiosos da Educação como um meio capaz de avaliar a eficácia do currículo, a competência dos professores, o desempenho dos alunos e as mudanças em sua vida profissional, além do impacto das políticas públicas de educação profissional. Foi buscando dados como esses que a ETSUS Bahia fez sua primeira pesquisa de egressos com os ex-alunos dos cursos de auxiliar de consultório dentário (ACD) de Salvador e de auxiliar de enfermagem de 30 municípios do estado.

A pesquisa, que foi concluída em dezembro de 2003, traçou o perfil desses profissionais e mostrou como o curso contribuiu para seu desempenho nos serviços. A análise mostrou que a maior parte dos ACDs trabalha em centros de saúde, postos, clínicas e hospitais públicos e procuraram o curso com o objetivo de ampliar seus conhecimentos e abrir novos campos de trabalho. Já os auxiliares de enfermagem buscaram, com o curso, aumentar sua qualificação profissional.

Quando perguntados sobre a eficácia das aulas, 75% dos ACDs e 85% dos auxiliares de enfermagem afirmaram que tiveram todas as suas expectativas atendidas. Para os ACDs, o destaque ficou por conta dos professores, que foram conceituados como excelentes e indicados como o aspecto mais positivo do curso. No mesmo quesito, os auxiliares de enfermagem apontaram o conhecimento adquirido como fator de destaque, ficando os professores em terceiro lugar na escolha, mas também considerados excelentes por 72% dos egressos. “A avaliação positiva dos professores é um indicativo de que a Escola está

desenvolvendo um bom trabalho”, diz Maria das Graças Tonhá, diretora da ETSUS.

Como a Escola Técnica do SUS se preocupa em preparar seus alunos para atender às necessidades dos serviços de saúde, a pesquisa questionou os egressos sobre a relação dos conteúdos abordados em sala de aula com a realidade que encontraram no trabalho. Para 75% dos ACDs e 86% dos auxiliares de enfermagem o conteúdo foi adequado com a prática. Uma sugestão dos ACDs para ampliar a relação teoria-prática é a criação de um laboratório equipado como um consultório dentário dentro da Escola.

Sobre o profissional

A pesquisa de egressos também investiga as mudanças sociais na vida do profissional, comparando sua situação antes e depois do curso. Os alunos da ETSUS Bahia, após um ano de atuação em suas áreas, traçaram um perfil de suas condições de trabalho. O mercado de trabalho na saúde bucal foi considerado bom para 67% dos ACDs e excelente para 17%. Seu principal obstáculo é a dificuldade de desempenhar um bom trabalho em unidades de saúde mal administradas. Mesmo com essa e outras dificuldades, como baixos salários e mercado de trabalho escasso, 92% desejam continuar na profissão. Uma opção para 37% dos entrevistados seria continuar seus estudos na área de odontologia e 12 % desejam migrar para a enfermagem.

Apesar de os auxiliares de enfermagem afirmarem que enfrentam grande concorrência, eles não pensam em trocar de profissão. Pelo menos 98% dos egressos pretendem permanecer na área de enfermagem e 32% sonham continuar seus estudos até a graduação. ■

encontra

O intercâmbio de conhecimento entre a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (ESPJV) e o Centro Formador de Recursos Humanos da Paraíba trouxe bons frutos. O plano de curso para o curso técnico em hemoterapia – primeiro do estado paraibano – já está pronto para ser analisado pelo Ministério da Saúde.

A idéia do novo curso partiu da vice-diretora do Cefor, Tânia de Lucena, que constatou, por meio de uma pesquisa realizada no banco de sangue privado e no Hemocentro coordenador da capital, entre abril e dezembro do ano passado, a necessidade da formação em hemoterapia no estado. Como o curso nunca foi feito na Paraíba, a Escola, em parceria com o Hemocentro, elaborou um projeto de curso que foi discutido e pactuado no Pólo de Educação Permanente. “O estado da Paraíba tem necessidade de formar profissionais técnicos em hemoterapia, porque, hoje, o trabalho é feito por auxiliares e técnicos em enfermagem”, explica Tânia.

Antes de encaminhar a proposta para o Ministério da Saúde, a vice-diretora pediu que a EPSJV analisasse o plano de curso do Cefor. Para isso, a vice-diretora de ensino da Escola, Isabel Brasil, e o professor de hematologia, Marco Antônio Marques, foram no dia 5 de janeiro à Paraíba. Durante dois dias, os professores da EPSJV promoveram uma oficina na qual discutiram conteúdos de educação profissional e de hemoterapia.

O projeto foi concluído e prevê, ao longo do ano, dez turmas, com 30 vagas cada. A proposta da ETSUS é iniciar, ainda no primeiro semestre deste ano, cinco turmas nos municípios de João Pessoa, Campina Grande e Patos.

Aprendendo enfermagem além da sala de aula

Alunos aprofundam seus conhecimentos trabalhando com a comunidade

Ver na prática o que foi aprendido em sala de aula e ainda contribuir com a sociedade. A tão famosa associação entre ensino, pesquisa e extensão se tornou realidade para turmas do Profae de três municípios mineiros, que realizaram o curso no ano passado. Desafiados pela coordenadora geral do Profae do Centro Formador de Recursos Humanos para a Saúde, da Escola Pública de Minas Gerais (ESP-MG), Marlene Oliveira, alunos do curso de auxiliar de enfermagem criaram um Projeto de Intervenção Comunitária, a partir da observação das necessidades locais. “Lançamos uma proposta aos nossos coordenadores locais, professores e alunos no sentido de melhorar a articulação entre o conteúdo do curso e a realidade da saúde de cada município”, explica Marlene.

O primeiro passo foi identificar a demanda de cada município, por meio de uma análise do perfil epidemiológico da região. Em Três Pontas, por exemplo, alunos e professores, a partir de suas experiências pessoais, constataram que o alcoolismo é um dos grandes vilões da cidade e precisa ser tratado como um problema de saúde pública. Os alunos foram a campo para identificar o perfil do alcoólatra da cidade, conhecer a rede de assistência do município e, por fim, sugerir uma solução.

Durante a pesquisa, eles descobriram que a maioria dos alcoólatras de Três Pontas é do sexo masculino, encontra-se na faixa etária de 31 a 40 anos, está desempregada e cursou apenas até a 4ª série do Ensino Fundamental. A rede de assistência, por sua vez, não consegue dar conta

do problema. “O atendimento municipal é tão abrangente que não consegue atender um problema específico como o alcoolismo. O resultado é que os necessitados ficam pelas ruas da cidade”, diz Eliza da Silva, coordenadora local do curso. Os alunos do Cefor concluíram que o caminho para solucionar o problema é concentrar o atendimento ao alcoólatra num único lugar, que deve contar com profissionais capacitados para assistir e reintegrar o doente à sociedade. Além disso, o município deveria investir na prevenção da doença, utilizando a escola como ponto de partida. O projeto foi encaminhado para a prefeitura na expectativa de que alguma providência seja tomada.

Hora de conscientizar

Outra turma que aceitou o desafio foi a do município de Três Marias. Lá, os estudantes – todos agentes comunitários de saúde –, ao pesquisarem nas Diretorias de Ações Descentralizadas da Saúde, constataram que o índice de vacinação dos bairros de Novo Horizonte e São Geraldo, onde eles atuam como ACS, é baixo. Com os conhecimentos adquiridos no curso de auxiliar de enfermagem, os alunos visitaram mais de mil famílias e descobriram que o problema está na vacinação dos adultos, já que 90% das crianças têm o cartão de vacinação. “A faixa etária que vai de 21 a 59 anos não sabia que deveria tomar a vacina contra hepatite, febre amarela e tétano. A maioria nem tinha o cartão, conta Marluce Santana, coordenadora local do curso.

Com o lema Cartão de vacina: um documento para todos. Tenha o seu, a Escola conseguiu apoio da prefeitura, das Secretarias Municipais de Saúde e de Educação e Cultura, do Centro de Saúde de Epidemiologia, das associações de moradores, das igrejas e da mídia local. Os alunos participaram ativamente da campanha de vacinação de maio e junho do ano passado, conseguindo que o número de adultos vacinados aumentasse. Dos 1128 adultos conscientizados pelos estudantes, 44% compareceram ao posto de saúde para receber as doses de hepatite B, dupla-adulto e anti-amarílica.

Nutrir para prevenir

O terceiro município que se destacou nesse triângulo escola-aluno-sociedade foi Poté, que tem 15 mil habitantes. Como a maioria da população mora na zona rural, os alunos desenvolveram um trabalho sobre alimentação alternativa. Os auxiliares de enfermagem utilizaram uma amostragem pequena – 20 mães de alunos da Creche Municipal de Sucanga – para ensinar receitas de reaproveitamento dos alimentos plantados na região.

Para isso, a equipe da Escola organizou um almoço coletivo, no qual os alunos do curso prepararam, junto com as mães, uma farofa ‘alternativa’. “Utilizamos alimentos nutritivos como casca de batata, folhas de mandioca e casca de ovo”, conta Elen Beloti, coordenadora local do Profae. Além disso, os estudantes apresentaram uma peça de teatro para ajudar os pais a entenderem a importância de cada nutriente. ■